



O que está sendo feito?

1. MPF e PF buscam provas de fraudes e desvios em recursos destinados a hospitais de campanha no Rio

COMBATE À CORRUPÇÃO

Em atendimento a pedido apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), a Polícia Federal cumpriu, nesta terça-feira (26), mandados de busca e apreensão em 11 endereços residenciais e comerciais no Rio de Janeiro. Os locais são ligados a pessoas investigadas em inquérito que apura suspeitas de desvios de recursos e fraudes em processos

de licitação para compra de equipamentos e insumos destinados ao combate à covid-19 no Rio. As medidas foram determinadas pelo relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Benedito Gonçalves, e inclui a oitiva de envolvidos.

O inquérito apura suspeitas de que uma organização social contratada para fornecer o material necessário ao funcionamento de hospitais de campanha teria fraudado documentos e superfaturado o valor dos insumos. Iniciadas no âmbito do Ministério Público Estadual, as investigações foram enviadas à PGR, em Brasília, após a identificação de indícios da participação de pessoas com prerrogativa de foro junto ao STJ. [Leia mais](#).

2. ITA recebe destinação para desenvolver projeto de monitoramento da presença do coronavírus no ar

O Ministério Público do Trabalho (MPT) destinou R\$ 250 mil de ação trabalhista para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), para o desenvolvimento de equipamento capaz de monitorar a presença do coronavírus nas partículas do ar. O projeto consiste na produção de



equipamento nacional, de baixo custo e de fácil acesso quando comparado aos similares produzidos em outros países, para monitorar a presença do coronavírus no ar em áreas de grande circulação de pessoas, como hospitais, aeroportos, indústrias, salas de espera e estabelecimentos comerciais, entre outros. [Leia mais.](#)

3. MPF e MPT recomendam que frigoríficos afastem trabalhadores indígenas sem corte de salários

Em atuação conjunta, o MPF e o MPT recomendaram às unidades dos frigoríficos Ecofrigo (grupo Bugio), JBS, Seara, GTB Foods e JMS (frigorífico de suínos), instaladas na região oeste de Santa Catarina, que promovam o afastamento remunerado dos indígenas que trabalham nessas unidades para isolamento em função da pandemia do novo coronavírus, por integrarem grupo de risco. A recomendação, expedida no sábado (23), busca medida semelhante à que foi estabelecida em recente termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado pelo MPT, de abrangência nacional, com a Cooperativa Central Aurora Alimentos, sediada em Chapecó, que emprega nove mil pessoas.

Nos termos do TAC, que o MPF e o MPT querem que sejam seguidos pelos demais frigoríficos do oeste catarinense, foi reconhecido que os indígenas, por comporem grupo de risco da covid-19, devem, nas atividades incompatíveis com o trabalho em casa, ter a dispensa remunerada caso não seja possível adotar outras medidas cabíveis, tais como interrupção do contrato de trabalho; concessão de férias coletivas, integrais ou parciais; suspensão dos contratos; entre outras permitidas pela legislação, aptas a garantir o isolamento social. [Leia mais.](#)

4. Ceará acata recomendação e disponibiliza na internet resultados de exames de covid-19

Após recomendação do Ministério Público do Ceará (MPCE), o Governo Estadual passou a disponibilizar na internet os resultados dos exames para detecção da covid-19 feitos nas unidades da rede pública. As informações podem ser acessadas na plataforma Saúde Digital, elaborada pela Secretaria da Saúde do Estado (Sesa). Motivada pelas reclamações relativas à dificuldade e demora na obtenção dos resultados, a recomendação foi



enviada em abril, com prazo de dez dias úteis para que o estado informasse as providências para o acatamento . [Leia mais](#).

5. MPPI pede adequações no hospital de referência para covid-19 no estado

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) ajuizou ação civil pública, com pedido de tutela antecipada, para que o Governo do Piauí regularize o funcionamento do Instituto de Doenças Tropicais Natan Portela (IDTNP), hospital de referência para atendimento de pacientes com a covid-19 no estado. Segundo a ação, a unidade dispunha, em janeiro deste ano, de apenas sete leitos de UTI e não houve ampliação da capacidade de atendimento intensivo instalado nem de recursos humanos ou de equipamentos. O MP pede diversas providências na ação, entre elas a implementação de dez leitos de UTI já habilitados pelo Ministério da Saúde, com a devida estrutura física, de equipamentos, insumos e lotação de recursos humanos para o seu funcionamento. [Leia mais](#).